

O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí

Resumo

Este artigo apresenta um diagnóstico, baseado em mapeamentos e análises estatísticas, a respeito do fechamento de 377 escolas do campo no estado do Piauí, nordeste brasileiro, no ano de 2014, afetando mais de sete mil alunos. Foi encontrada uma forte correlação entre o número de escolas fechadas e o número de alunos afetados em cada município. As regiões mais afetadas pelo fechamento das escolas foram precisamente aquelas com maior proporção da população residente em áreas rurais, ou seja, onde existe maior necessidade da existência destas instituições. Não foi verificada diferença estatisticamente significativa entre a filiação política de cada prefeito e o número de escolas fechadas, indicando que todos os partidos políticos aderem aos mesmos procedimentos de gestão de políticas públicas em matéria de educação.

David Gonçalves Borges
Universidade Federal do Piauí –
UFPI – Piauí/Brasil
borges01@ufpi.edu.br

Palavras-chave: Educação do Campo. Educação e Estado – Brasil, Nordeste. Escolas Rurais – Brasil. Nordeste.

Para citar este artigo:

BORGES, David Gonçalves. O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 36, p. 305-324, jan./abr. 2017.

DOI: 10.5965/1984723818362017305

<http://dx.doi.org/10.5965/1984723818362017305>

The dismantling of rural education in northeastern Brazil: diagnosis, mapping and analysis of countryside schools closure in Piauí state

Abstract

This article presents a diagnosis, based on mapping and statistical analysis, in regard to the closing of 377 rural schools in Piauí State, Northeastern Brazil, in 2014, involving more than seven thousand students. A strong correlation was found between the number of schools closed and the number of students affected in each municipality. The regions most affected by the widespread closure of schools were precisely those with the highest proportion of the population living in rural areas, i.e., where there is greater need for the existence of these institutions. A statistically significant difference between the political affiliation of each mayor and the number of schools closed was not verified, indicating that all political parties adhere to the same public policy management procedures regarding education.

Keywords: Peasant Education. Education and State - Brazil, Northeast. Rural Schools - Brazil, Northeast.

Introdução

Este artigo tem como propósito apresentar um mapeamento e analisar estatisticamente o fechamento das escolas do campo no estado do Piauí, Brasil, no ano de 2014.

O decreto presidencial nº 7352, de 04 de novembro de 2010, define como escolas do campo: 1) aquelas situadas em áreas rurais, de acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou; 2) aquelas situadas em áreas urbanas, mas que atendem predominantemente a populações do campo. O mesmo decreto define como populações do campo:

Os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural. (BRASIL, 2010, p.1)

D'Agostini (2012) aponta que o conceito de educação do campo surgiu e foi desenvolvido inicialmente no interior dos movimentos sociais relacionados à luta pela reforma agrária, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com o intuito de que o Estado assumisse a educação pública no/do campo. Caldart (2012) concorda, e remete o surgimento da expressão “educação do campo” ao ano de 1998, durante os preparativos para a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia, Goiás.

A educação do campo distingue-se da educação rural por partir de pressupostos metodológicos e epistemológicos distintos. Foi na Constituição de 1934 que a educação rural passou a ter o caráter de direito social, com o objetivo de fixar o homem do campo em seu território e com a destinação de vinte por cento das quotas do orçamento anual da educação para o ensino dos camponeses (BRASIL, 1934, art. 121, p. 134; e art. 156, p. 139-140). No entanto, como nos atesta Ribeiro (2012), a visão pedagógica permanecia urbanocêntrica e voltada para os interesses da elite fundiária, em especial para a formação de mão-de-obra destinada ao trabalho nas fazendas. A educação do campo, enquanto nova concepção de educação, destina-se à construção de identidade e

autonomia das populações do campo, sustenta a relação de complementaridade entre campo e cidade, integra em suas práticas educativas o contexto dos sujeitos do campo e leva em conta novas formas de relação entre os atores envolvidos no processo educacional e o ambiente em que estão inseridos (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 86). Devemos ressaltar, no entanto, que as primeiras experiências brasileiras com Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) e Casas Familiares Rurais (CFR's) datam do final da década de 1960, no estado do Espírito Santo, inspiradas pela “pedagogia da alternância” – modelo educacional surgido na década de 1930, na França (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008, p. 229). Embora estas instituições fossem privadas e suas congêneres ainda existentes igualmente o sejam, muitas das práticas metodológicas que hoje permeiam a educação do campo já se faziam presentes no cotidiano dessas escolas.

A discussão a respeito da origem da educação do campo permanece tema de polêmica, com alguns intelectuais defendendo que ela surge no seio dos movimentos sociais contemporâneos, em especial o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto outros afirmam que há um *continuum* ligando-a à educação rural da década de 1930. A despeito disso, pesquisadores diversos (CALDART, 2009; MUNARIM; LOCKS, 2012; RIBEIRO, 2012; SOUZA, 2012) destacam que a educação do campo segue pressupostos epistemológicos contra-hegemônicos, opondo-se à mercantilização do ensino e às políticas econômicas neoliberais; colocando-se favoráveis à reforma agrária, à luta pela soberania alimentar e ao reconhecimento da água como direito dos povos; e, por fim, esforçando-se por fomentar a identidade territorial nas comunidades camponesas, indígenas e/ou quilombolas nas quais estão instaladas.

Como apontam Torres, Silva e Moraes (2014), o fechamento das escolas do campo pode ter impactos na qualidade da educação, na qualidade de vida e na territorialização dos povos camponeses. Caldart (2009) afirma que a luta dos movimentos sociais pela educação do campo gerou pressão sobre o Estado brasileiro em prol da formulação de políticas públicas específicas para as comunidades rurais e camponesas, sendo estas necessárias para compensar a discriminação e a exclusão históricas às quais os povos camponeses são submetidos em termos de agenda educacional. A mesma pesquisadora afirma que não há meios de massificar o acesso do conjunto dos camponeses à educação básica sem a mediação da educação do campo e, conseqüentemente, das escolas do

campo – embora a autora apresente ressalvas quanto ao protagonismo da educação estatal neste processo, devido à tensão entre o conteúdo político-ideológico da mesma e a perspectiva emancipadora que integra a gênese do conceito de educação do campo. Tendo em vista estes pontos, o fechamento maciço de escolas do campo em qualquer estado da federação pode resultar em consequências desastrosas. Sobretudo no estado do Piauí que, segundo o IBGE (2010), possui mais de um terço (34,2%) de sua população residindo em meio rural, razão pela qual os efeitos podem ser ainda mais nefastos.

O fechamento dessas escolas tem relação direta com a política de nucleação, na qual os alunos passam a estudar em comunidades rurais mais populosas (deslocamento campo-campo) ou na sede urbana de seus municípios (deslocamento campo-cidade), sendo levados através de ônibus ou outros meios de transporte disponibilizados pelas prefeituras. Isso, muitas vezes, é aceito pela população afetada a despeito dos efeitos adversos, devido à visão urbanocêntrica predominante mesmo entre os habitantes de áreas rurais:

Uma vez fechada uma determinada escola do campo, seu corolário é a oferta do transporte escolar dos alunos para a sede do município. Acessar um veículo para transporte coletivo, dirigir-se à sede do município, estudar em uma escola localizada no espaço urbano significa status, prestígio, ascendência social para muitos sujeitos sociais diante da sociedade. Há uma lógica nessa visão diante da ideologia que sustenta a superioridade hierárquica da cidade sobre o campo, inculcada pela literatura, pela indústria cultural, pelos meios de comunicação e, enfim, pela opinião pública. (MUNARIM; LOCKS, 2012, p. 88)

Os autores supracitados mencionam como algumas possíveis consequências do processo de nucleação o transporte escolar precarizado, as longas viagens diárias de ida e volta – muitas vezes com os estudantes saindo de madrugada e retornando no meio da tarde –, a perda da convivência familiar e o abandono da cultura do trabalho no campo. Também ressaltam que no entendimento de alguns movimentos sociais, fechar uma escola do campo significa privar um número considerável de jovens do direito à educação, em especial uma educação que se dê em consonância com sua realidade cotidiana e com a cultura dos grupos sociais nos quais estão inseridos.

Tendo em vista o exposto, o fechamento das escolas do campo em qualquer município ou estado brasileiro deve ser matéria de análises acadêmicas, como forma de diagnosticar sua ocorrência e, se possível, evitá-la. Ou, quando isso for impossível, mitigar os impactos decorrentes do fechamento dessas instituições. Tais diagnósticos podem ser determinantes para a orientação das políticas públicas nos três níveis governamentais (municipal, estadual e federal), além de servirem para fornecer base argumentativa aos movimentos sociais organizados que reivindicam melhores condições de acesso à educação.

Metodologia

Os dados do fechamento de escolas do campo em todo o território nacional no ano de 2014 foram obtidos através da base de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), contendo o nome das entidades escolares que foram paralisadas ou extintas, os municípios e estados nos quais elas se localizam, o número de alunos matriculados em cada unidade escolar no ano de 2013 e a dependência administrativa de cada escola (se estadual ou municipal).

Foram separados, para a realização da análise estatística, os dados referentes às escolas do estado do Piauí. As seguintes variáveis foram analisadas:

- 1) Número absoluto e proporção de escolas extintas e de escolas com atividades paralisadas no estado;
- 2) Número absoluto e proporção de alunos afetados no estado, considerando-se como alunos afetados aqueles que estavam matriculados em 2013 nas escolas que foram extintas ou tiveram suas atividades paralisadas no ano de 2014;
- 3) Número absoluto, proporção, máxima, mínima e média de escolas extintas ou com atividades paralisadas em cada município;
- 4) Número absoluto, proporção, máxima, mínima e média de alunos afetados em cada município;
- 5) Número absoluto, proporção, máxima, mínima e média de escolas extintas ou com atividades paralisadas de acordo com os partidos dos prefeitos de cada município;

6) Número absoluto, proporção, máxima, mínima e média de alunos afetados de acordo com os partidos dos prefeitos de cada município;

7) Mapeamento gráfico das regiões do estado mais afetadas pela política de paralisação e extinção das escolas do campo e sua relação com a população residente em áreas rurais;

8) Correlação (Pearson) entre o número de escolas extintas ou com atividades paralisadas e o número de alunos afetados;

9) Correlação (Pearson) entre o número de prefeitos de cada partido e o número de escolas extintas ou com atividades paralisadas;

10) Correlação (Pearson) entre o número de prefeitos de cada partido e o número de alunos afetados.

Uma vez que tanto a paralisação do funcionamento quanto a extinção de uma unidade escolar impedem o acesso da população aos serviços educacionais oferecidos anteriormente por essas instituições, utilizaremos o termo “escolas fechadas” quando nos referirmos ao somatório de escolas que foram extintas ou tiveram suas atividades paralisadas.

Os dados relativos ao partido do prefeito de cada município onde houve fechamento de escolas foram obtidos no sítio do Tribunal Superior Eleitoral. Os dados a respeito da quantidade de residentes em áreas rurais nos 224 municípios do estado do Piauí foram extraídos do censo de 2010 realizado pelo IBGE.

Para as análises estatísticas foi utilizado o programa *Microsoft Excel 2013*, sendo os mapas gerados pelo complemento *PowerMap* do mesmo *software*.

Resultados

Ao todo, 377 escolas do campo, todas elas municipais, foram fechadas no estado do Piauí no ano de 2014. Destas, 23 (6,10%) foram extintas e 354 (93,90%) tiveram suas atividades paralisadas. Estas instituições atendiam, em 2013, a um total de 7.088 alunos regularmente matriculados e estavam distribuídas em 111 municípios distintos, ou seja, quase metade (49,55%) dos 224 municípios nos quais o estado do Piauí é dividido.

O município no qual houve maior fechamento de escolas (quinze, ao todo), foi o de Pedro II, respondendo por 3,98% do total do estado. O município com o maior número de alunos afetados foi o de Corrente, em um total de 468 alunos, respondendo por 6,60% do total estadual. As médias foram de 3,40 escolas fechadas por município e de 63,86 alunos por escola, conforme a tabela abaixo.

Município	Escolas fechadas	Escolas fechadas em cada município em relação ao total de escolas fechadas no estado (%)	Alunos afetados pelo fechamento das escolas	Alunos afetados em cada município em relação ao total de alunos afetados no estado (%)	Partido político ao qual o prefeito é filiado
Agricolândia	2	0,53%	26	0,37%	PSD
Angical Do Piauí	1	0,27%	8	0,11%	PR
Aroazes	1	0,27%	9	0,13%	PTB
Baixa Grande Do Ribeiro	12	3,18%	155	2,19%	PSB
Barras	5	1,33%	125	1,76%	PSD
Barro Duro	1	0,27%	26	0,37%	PTB
Batalha	7	1,86%	78	1,10%	PSB
Beneditinos	3	0,80%	61	0,86%	PSDB
Bertolândia	2	0,53%	26	0,37%	PT
Bocaina	2	0,53%	15	0,21%	PTB
Bom Jesus	6	1,59%	189	2,67%	PSDB
Bom Princípio Do Piauí	2	0,53%	14	0,20%	PSDC
Boqueirão Do Piauí	1	0,27%	31	0,44%	PT
Buriti Dos Montes	6	1,59%	198	2,79%	PSD
Cabeceiras Do Piauí	3	0,80%	58	0,82%	PP

David Gonçalves Borges

O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí

Cajueiro Da Praia	1	0,27%	15	0,21%	PSB
Caldeirão Grande Do Piauí	6	1,59%	103	1,45%	PSB
Campinas Do Piauí	2	0,53%	56	0,79%	PTB
Campo Alegre Do Fidalgo	3	0,80%	34	0,48%	PSB
Campo Largo Do Piauí	1	0,27%	15	0,21%	PMDB
Capitão Gervásio Oliveira	2	0,53%	74	1,04%	PTB
Caracol	1	0,27%	15	0,21%	PT
Caridade Do Piauí	5	1,33%	64	0,90%	PTB
Castelo Do Piauí	10	2,65%	180	2,54%	PSD
Caxingó	2	0,53%	21	0,30%	PT
Cocal	1	0,27%	14	0,20%	PSDB
Coivaras	4	1,06%	76	1,07%	PSB
Colônia Do Piauí	3	0,80%	215	3,03%	PT
Coronel Jose Dias	4	1,06%	40	0,56%	PSB
Corrente	11	2,92%	468	6,60%	PTB
Cristalândia Do Piauí	3	0,80%	26	0,37%	PTB
Cristino Castro	2	0,53%	63	0,89%	PSD
Curimatá	2	0,53%	16	0,23%	PMDB
Currais	1	0,27%	8	0,11%	PSDB
Curral Novo Do Piauí	1	0,27%	28	0,40%	PP
Curralinhos	1	0,27%	20	0,28%	PTB
Dom Expedito Lopes	2	0,53%	193	2,72%	PSB
Domingos Mourão	13	3,45%	190	2,68%	PTB
Elesbão Veloso	1	0,27%	5	0,07%	PTB
Eliseu Martins	1	0,27%	4	0,06%	DEM
Fartura Do Piauí	1	0,27%	10	0,14%	PSB
Floresta Do Piauí	2	0,53%	42	0,59%	PTB
Floriano	9	2,39%	149	2,10%	PSB
Francisco Santos	4	1,06%	57	0,80%	PTB
Fronteiras	11	2,92%	149	2,10%	PPS
Guaribas	1	0,27%	8	0,11%	PTB
Inhuma	3	0,80%	69	0,97%	PMDB

Ipiranga Do Piauí	1	0,27%	14	0,20%	PSDB
Isaias Coelho	3	0,80%	34	0,48%	PTB
Itainópolis	2	0,53%	51	0,72%	PDT
Itaueira	2	0,53%	12	0,17%	PTB
Jacobina Do Piauí	6	1,59%	46	0,65%	PMDB
Jaicós	5	1,33%	120	1,69%	PRP
Jatobá Do Piauí	1	0,27%	10	0,14%	PSD
João Costa	1	0,27%	14	0,20%	PV
Jose De Freitas	11	2,92%	210	2,96%	PSDC
Julio Borges	1	0,27%	18	0,25%	PSB
Lagoa Alegre	1	0,27%	35	0,49%	PTB
Lagoa Do Barro Do Piauí	3	0,80%	60	0,85%	PSB
Lagoa Do Sitio	10	2,65%	168	2,37%	PT
Landri Sales	1	0,27%	5	0,07%	PSB
Luzilândia	3	0,80%	48	0,68%	PTB
Marcolândia	3	0,80%	39	0,55%	PT
Massapê Do Piauí	7	1,86%	110	1,55%	PP
Matias Olímpio	7	1,86%	139	1,96%	PMDB
Miguel Alves	10	2,65%	321	4,53%	PSD
Monsenhor Gil	2	0,53%	19	0,27%	PSB
Monsenhor Hipólito	2	0,53%	77	1,09%	PMDB
Morro Cabeça No Tempo	4	1,06%	59	0,83%	PSDB
Morro Do Chapéu Do Piauí	2	0,53%	46	0,65%	PMDB
Nazaria	1	0,27%	88	1,24%	PTB
Nova Santa Rita	2	0,53%	35	0,49%	PDT
Oeiras	2	0,53%	122	1,72%	PSB
Palmeira Do Piauí	2	0,53%	10	0,14%	PRB
Palmeirais	2	0,53%	36	0,51%	PTB
Paquetá	1	0,27%	15	0,21%	PMDB
Parnaguá	3	0,80%	40	0,56%	PSD
Parnaíba	1	0,27%	12	0,17%	PT
Patos Do Piauí	3	0,80%	27	0,38%	PSB
Paulistana	3	0,80%	36	0,51%	PTC
Pedro II	15	3,98%	290	4,09%	PSB
Picos	2	0,53%	55	0,78%	PMDB
Pio IX	6	1,59%	83	1,17%	PSB

David Gonçalves Borges

O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí

Piracuruca	3	0,80%	44	0,62%	PSDB
Piripiri	4	1,06%	54	0,76%	PSB
Porto	1	0,27%	11	0,16%	PSDB
Queimada Nova	3	0,80%	117	1,65%	PSB
Riacho Frio	1	0,27%	8	0,11%	PSB
Ribeiro Gonçalves	1	0,27%	8	0,11%	PSD
Rio Grande Do Piauí	1	0,27%	12	0,17%	PSB
Santa Cruz Dos Milagres	1	0,27%	6	0,08%	PDT
Santa Filomena	5	1,33%	61	0,86%	PTB
Santo Inácio Do Piauí	2	0,53%	21	0,30%	PSB
São Gonçalo Do Gurgueia	2	0,53%	16	0,23%	PT
São Joao Da Fronteira	1	0,27%	8	0,11%	PSB
São Joao Da Serra	4	1,06%	30	0,42%	PDT
São Joao Da Varjota	1	0,27%	39	0,55%	PSB
São Joao Do Arraial	3	0,80%	50	0,71%	PT
São Jose Do Divino	5	1,33%	103	1,45%	PTB
São Jose Do Peixe	2	0,53%	17	0,24%	PMDB
São Pedro Do Piauí	3	0,80%	38	0,54%	PT
Sebastiao Barros	8	2,12%	88	1,24%	PT
Sebastiao Leal	3	0,80%	19	0,27%	PT
Sigefredo Pacheco	1	0,27%	20	0,28%	PP
Simões	8	2,12%	142	2,00%	PSB
Socorro Do Piauí	1	0,27%	15	0,21%	PTB
Tamboril Do Piauí	1	0,27%	7	0,10%	PTB
União	9	2,39%	147	2,07%	DEM
Uruçuí	2	0,53%	23	0,32%	PMDB
Várzea Branca	1	0,27%	24	0,34%	PSB
Várzea Grande	1	0,27%	10	0,14%	PSB
Total	377	100,00%	7088	100,00%	-
Máximo	15	3,98%	468	6,60%	-
Mínimo	1	0,27%	4	0,06%	-
Média	3,40	0,90%	63,86	0,90%	-

Tabela 1 – Número e percentual de escolas fechadas por município e alunos afetados; bem como partido político do prefeito de cada cidade.

Há uma forte correlação entre a quantidade de escolas fechadas em cada município e o número de alunos afetados – novamente, considerando-se como afetados os alunos que estavam matriculados nestas mesmas escolas em 2013. O coeficiente de correlação de Pearson (ρ) foi de 0,80 ao analisarmos estas duas variáveis em conjunto.

Também foi encontrada forte correlação positiva entre o número de prefeituras que cada partido político controla e o número de escolas fechadas pelos prefeitos do mesmo partido ($\rho = 0,98$), bem como entre o número de prefeituras que cada partido político controla e a quantidade de alunos afetados pela gestão de cada partido ($\rho = 0,97$) (tabela 2).

Partido	Prefeitos	Escolas fechadas pelos prefeitos do partido	Alunos afetados pelos prefeitos do partido	Escolas fechadas em relação ao total (%)	Alunos afetados em relação ao total (%)
DEM	2	10	151	2,65%	2,13%
PDT	4	9	122	2,39%	1,72%
PMDB	11	30	518	7,96%	7,31%
PP	4	12	216	3,18%	3,05%
PPS	1	11	149	2,92%	2,10%
PR	1	1	8	0,27%	0,11%
PRB	1	2	10	0,53%	0,14%
PRP	1	5	120	1,33%	1,69%
PSB	28	105	1912	27,85%	26,98%
PSD	9	40	971	10,61%	13,70%
PSDB	8	20	400	5,31%	5,64%
PSDC	2	13	224	3,45%	3,16%
PT	13	42	738	11,14%	10,41%
PTB	24	73	1499	19,36%	21,15%
PTC	1	3	36	0,80%	0,51%
PV	1	1	14	0,27%	0,20%
Total	111	377	7088	100,00%	100,00%
Máximo	28	105	1912	27,85%	26,98%
Mínimo	1	1	8	0,27%	0,11%
Média	6,94	23,56	443	6,25%	6,25%

Tabela 2 - Número e percentual de prefeituras, escolas fechadas e alunos afetados de acordo com cada partido político.

Tomando por base a coligação com a qual o governador do estado se elegeu (PT/PP/PTB/PHS/PR/PROS/PRP/SD), temos os resultados a seguir.

	Número de prefeitos	Prefeitos (%)	Número de escolas fechadas	Escolas fechadas (%)	Número de alunos afetados	Alunos afetados (%)
Partidos da coligação do governador	43	38,74%	133	35,28%	2581	36,41%
Partidos externos à coligação do governador	68	61,26%	244	64,72%	4507	63,59%
Soma	111	100,00%	377	100,00%	7088	100,00%

Tabela 3 - Número e percentual de prefeitos, escolas fechadas e alunos afetados de acordo com o alinhamento à coligação do governador do estado.

A partir dos dados até agora apresentados, foi possível montar mapas temáticos com a localização geográfica dos municípios que fecharam escolas (fig.1), a quantidade de escolas fechadas por município (fig. 2) e a quantidade de alunos afetados por município (fig. 3). As regiões que não estão marcadas nos mapas não constavam na lista fornecida pelo INEP, e por este motivo presumimos que não houve fechamento de escolas do campo nestas localidades. Todos os raios de influência referem-se às sedes administrativas.

Para fins de comparação, foi gerado um mapa a partir da proporção de residentes em áreas rurais para todo o estado do Piauí (fig. 4). Novamente, todos os raios de influência referem-se às sedes dos municípios.

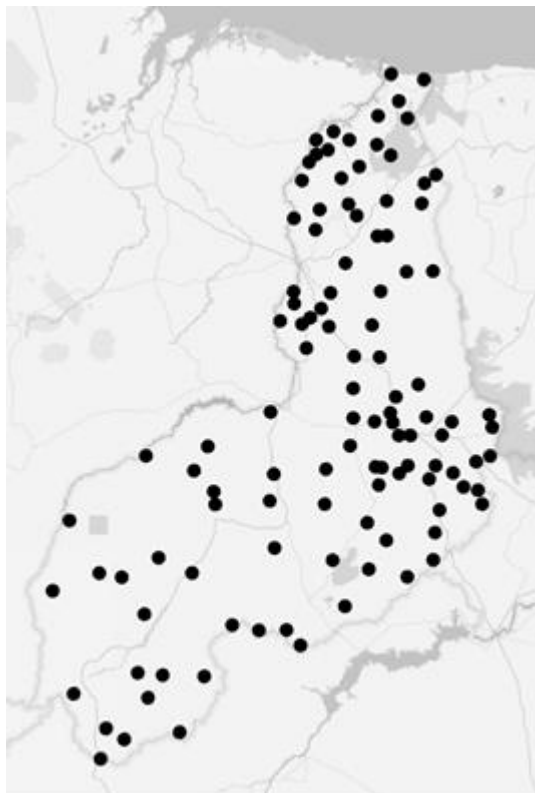


Figura 1 - Municípios que fecharam escolas do campo no estado do Piauí.

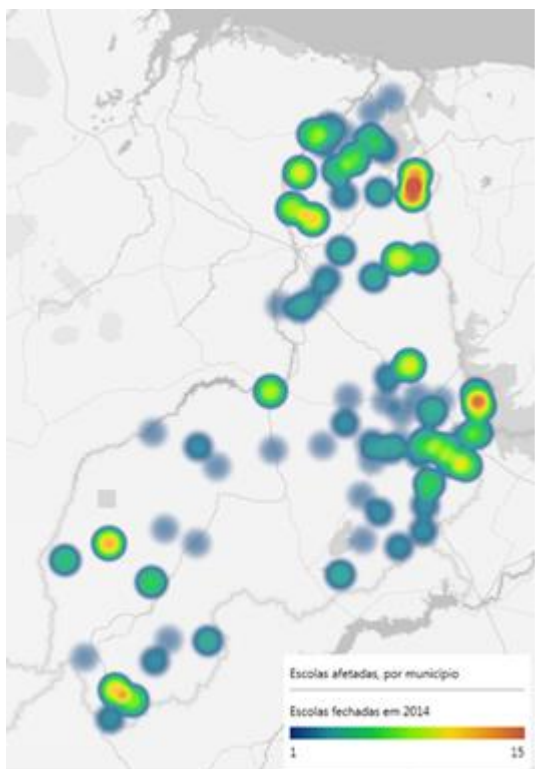


Figura 2 - Proporção quantitativa de escolas afetadas, por município.

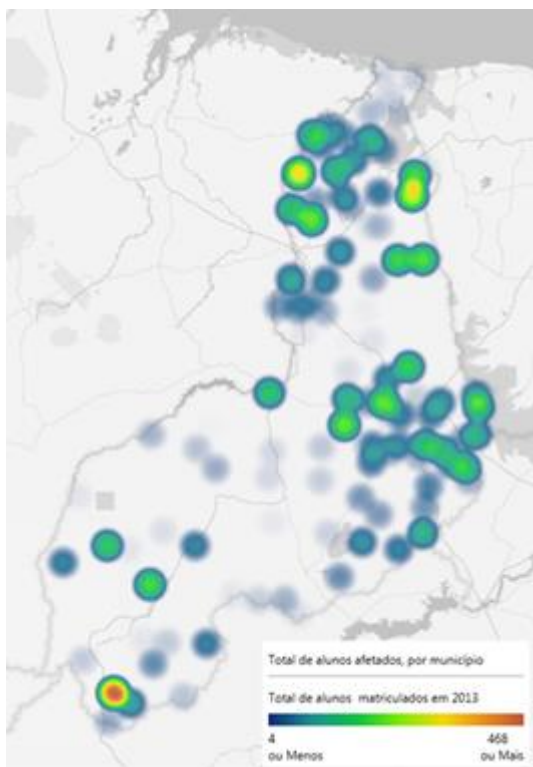


Figura 3 - Proporção do total de alunos afetados por município.

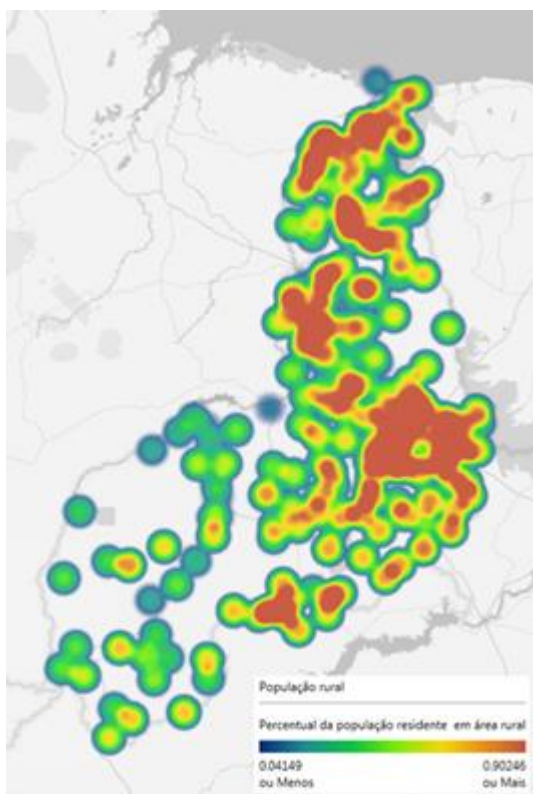


Figura 4 – Concentração da população residente em áreas rurais no estado do Piauí.

Discussão

A forte correlação entre o número de escolas fechadas e o número de alunos afetados ($\rho = 0,80$) confirma a afirmação intuitiva de que quanto mais escolas forem fechadas em cada localidade, mais alunos serão afetados por esse tipo de decisão política.

Embora o número de escolas fechadas em cada cidade varie entre uma e 15, e o número de alunos afetados varie entre quatro e 468; em média, cada município fechou em torno de três ou quatro escolas, afetando algo entre 63 e 64 alunos. Tendo em vista que a maioria dos municípios contribuiu com menos de 1% do total de instituições fechadas, isso denota uma política generalizada de desmonte da educação do campo em todo o estado. O efeito é similar à formação de uma duna a partir de pequenos e inúmeros grãos de areia: embora, com algumas exceções, cada cidade tenha contribuído pouco com o número total de escolas fechadas no estado e com a quantidade total de alunos que foram afetados, o somatório de suas pequenas contribuições resulta em algo de grandes proporções. Vale ressaltar que 58 dos municípios estudados, ou seja, 52% do total, possuem população menor do que 7.088 habitantes, que foi o total de alunos afetados em todo o estado – o que nos dá indícios do quão desastroso pode ser este efeito.

Outro dado que confirma a observação anterior é o cruzamento dos partidos dos prefeitos de cada cidade com o número de escolas fechadas e de alunos afetados. Quanto mais prefeituras um partido controla, mais escolas foram fechadas pelo mesmo partido ($\rho = 0,98$). Da mesma forma, quanto mais municípios um partido controla, mais alunos foram afetados pelas políticas de gestão de cada partido ($\rho = 0,97$). Caso o fechamento de escolas do campo no estado do Piauí não fosse um fenômeno generalizado, a correlação estatística seria substancialmente mais fraca; esperar-se-ia algum grau de distorção relativo ao alinhamento político dos gestores, ou derivado da distribuição espacial heterogênea das prefeituras e, conseqüentemente, dos partidos que as controlam.

Um terceiro indício emerge ao analisarmos a quantidade de prefeituras controladas pelos partidos que integram a coligação do governador do estado e a

quantidade de prefeituras controladas por partidos de “oposição”. A diferença estatística entre o número de escolas fechadas e o número de alunos afetados por cada grande grupo político acompanha, sem variações dignas de nota, a diferença entre a proporção de municípios que são ocupados por partidos de “situação” ou de “oposição”. Em outras palavras: não há, estatisticamente, diferença entre oposição e situação no que tange ao fechamento das escolas do campo.

A quarta evidência de que existe uma política generalizada de fechamento de escolas do campo distribuída por todo o estado está relacionada ao mapeamento dos municípios afetados. Observando-se as figuras, percebe-se que o fenômeno tem ampla disseminação. Porém, é válido destacar que a região do sudeste piauiense, na divisa com Pernambuco, foi mais afetada. Também foram significativamente afetadas a microrregião do baixo Parnaíba e a das chapadas do extremo sul piauiense.

Como também pode ser observado nos mapas, as regiões em que houve o maior fechamento de escolas do campo e maior número de alunos afetados são também aquelas que possuem uma proporção significativa de sua população residindo em áreas rurais. Torres, Silva e Moraes (2014) apontam que a principal justificativa dos governantes e gestores para a instalação ou o fechamento de escolas no campo é a relação custo-benefício, entendida como a tensão entre o ônus financeiro para o erário público e a demanda efetiva ou potencial por serviços educacionais nestas áreas. Tendo em vista os dados aqui apresentados, a demanda educacional – diretamente ligada à proporção de habitantes residentes em regiões rurais – existe, inviabilizando o uso deste tipo de justificativa por parte dos prefeitos e gestores municipais. O não atendimento a essa demanda, em um estado com índices educacionais sofríveis – IDHM Educação de 0,547 e taxa de analfabetismo de 11,82% nos habitantes com 25 anos ou mais, por exemplo (IBGE/PNUD, 2013) – demonstra, sobretudo, uma má estratégia de gestão.

Outra argumentação normalmente apresentada pelos prefeitos é a de que as escolas que são fechadas restringem-se àquelas com poucos alunos matriculados, o que afeta pouco a conjuntura estadual. Como pode facilmente ser visto pelos dados até agora apresentados e pelas correlações matemáticas, isto é falso. Escolas com expressivo número de alunos foram fechadas, a média de alunos afetados por município foi alta e as correlações demonstram que o número de escolas fechadas está diretamente

relacionado ao número de alunos afetados. Como já mencionado, o número absoluto de alunos prejudicados no estado foi superior à população de mais da metade dos municípios estudados.

Há de se questionar, adicionalmente, a lógica existente no fechamento dessas escolas públicas em um momento histórico em que o governo federal fomenta a criação de cursos superiores de licenciatura e de pós-graduação em educação do campo, através do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), vinculado ao Ministério da Educação (MEC). A postura das prefeituras aparenta ir na contramão dos esforços realizados pelo governo federal no sentido de aprimorar o acesso à educação para os habitantes das regiões rurais de nosso país. É forçoso realizar a seguinte indagação: quando os estudantes das licenciaturas em educação do campo obtiverem o grau de licenciados, onde irão lecionar?

Limitações deste estudo

Uma vez que os dados do INEP não detalham os métodos pedagógicos utilizados em cada escola, para este artigo foram consideradas como escolas do campo aquelas que atendem aos critérios do § 1º do decreto presidencial nº 7352, de 04 de novembro de 2010.

Sugestões para futuras pesquisas sobre o tema

Os dados aqui apresentados levam em consideração somente as escolas que foram fechadas no Piauí no ano de 2014, e os alunos que estavam matriculados nelas no ano de 2013. Futuras investigações a respeito deste assunto podem assumir como ponto de partida a análise da evasão e/ou da distorção idade/série nos municípios afetados, de forma a averiguar se os alunos destas localidades abandonaram ou interromperam temporariamente seus estudos.

Outras linhas de investigação promissoras seriam: 1) a análise estatística de uma série histórica relativa ao fechamento de escolas do campo no estado do Piauí, levando-se em consideração dados anteriores a 2014 e comparando-os com aqueles apresentados neste artigo; 2) a comparação entre os dados sobre o fechamento de escolas do campo

no Piauí e informações similares a respeito de outra(s) unidade(s) da federação; 3) a realização de um mapeamento a nível nacional similar ao que foi apresentado neste artigo; 4) a busca por relações entre mudanças orçamentárias nos municípios e o fechamento das escolas.

Agradecimentos

Agradecemos à professora Iracema Lima (FEEC, RESAB, AECOFABA) pelo envio dos dados brutos referentes ao fechamento das escolas do campo em todo o território nacional e ao professor Yuri Jacques Agra Bezerra da Silva (UFPI/CPCE) pelas sugestões referentes ao texto final.

Referências

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934)**. Brasília, DF: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. 162 p. (Coleção Constituições Brasileiras, v. 3).

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 nov. 2010. Seção 1, p. 1.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trab. Educ. Saúde**, v. 7, n. 1, p. 35–64, 2009.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In: CALDART, Roseli Salete. et al. **Dicionário da educação do campo**. 1. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

D'AGOSTINI, Adriana. A educação do campo na educação brasileira: contradições e perspectivas. **Educação**, v. 37, n. 3, p. 453–468, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Rio de Janeiro: IBGE/PNUD, 2015. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em 21 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Indicadores sociais municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. 151 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/default_indicadores_sociais_municipais.shtm>. Acesso em: 21 set. 2015.

MUNARIM, Antonio; LOCKS, Geraldo Augusto. Educação do campo: contexto e desafios desta política pública. **Olhar de professor**, v. 15, n. 1, p. 77–89, 2012.

RIBEIRO, Marlene. Educação do campo: embate entre movimento camponês e Estado. **Educação em revista**, v. 28, n. 1, p. 459–490, 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. Educação do campo, desigualdades sociais e educacionais. **Educ. Soc.**, v. 33, n. 120, p. 745–763, 2012.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 227–242, 2008.

TORRES, Julio Cesar.; SILVA, Cláudio Rodrigues da; MORAES, Agnes Lara Domingos. Escolas públicas no campo: retrospectiva e perspectivas em um contexto de projetos políticos em disputa. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 2, p. 262–272, 2014.

Recebido em: 06/10/2015
Aprovado em: 15/02/2016

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE
Revista Linhas
Volume 18 - Número 36 - Ano 2017
revistalinhas@gmail.com

David Gonçalves Borges

O desmonte da educação do campo no nordeste brasileiro: diagnóstico, mapeamento e análise do fechamento de escolas do campo no estado do Piauí